



CNPJ Nº 02.270.946/0001-01

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO GUANDU (CIM GUANDU) 2025**

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte cinco, às 10h00min. (dez horas), por videoconferência, transmitida pela plataforma Jitsi Meet, link <https://meet.jit.si/SoberFlowersCodeBriskly>, participando, o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Afonso Cláudio Sr. Helvécio Paganini Maioli, legalmente instituído por procuração representando o Prefeito de Afonso Cláudio, o Prefeito de Baixo Guandu e Presidente do Consórcio, Sr. Lastênio Luiz Cardoso, o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Itaguaçu, Sr. João Luiz Beccalli, legalmente instituído por procuração representando o Prefeito de Itaguaçu, o Vice Prefeito de Conceição do Castelo, Sr. Roberto Pessin Desteffani, a procuradora do Município de Laranja da Terra, Srª Danieli Dheny Luxinger, legalmente instituída por procuração representando o Prefeito de Laranja da Terra, não estando presente o representante do Município de Brejetuba, a Secretária Executiva, Srª. Ana Paula Alves Bissoli, a Agente Administrativa, Srª. Zildete Rebuli de Laia e o Assessor Jurídico, Sr. Simey Tristão de Sousa. Então passou para a deliberação e votação dos assuntos constantes da Ordem do dia, tendo sido prestados os devidos esclarecimentos durante o processo de discussão, e tomada as seguintes deliberações:

Item 01 – Abertura e verificação do quórum pelo Presidente da Assembleia do CIM GUANDU: O Presidente do Consórcio, Sr. Lastênio Luiz Cardoso declarou aberta a reunião, verificou que tinha quórum para as deliberações, recepcionou a todos os participantes e passou a palavra para Srª. Ana Paula que fez a leitura da pauta. Ana Paula falou sobre o retorno definitivo do Município de Afonso Cláudio ao Consórcio. Disse ainda que continua a articulação com o Município de Itarana para ingressar no Consórcio.

Item 02 – Apresentação e deliberação da proposta de Reestruturação Organizacional do Consórcio: Ana Paula falou da necessidade de reestruturação organizacional do



CNPJ Nº 02.270.946/0001-01

27 Consórcio, pois, a estrutura definida em 2014 não atende mais a realidade. Disse que
28 principalmente com o retorno de Afonso Cláudio, o número de vagas para os cargos,
29 especialmente Analista Ambiental I, não atende às demandas. O Presidente ressaltou que
30 para garantir agilidade e eficiência no atendimento aos municípios é necessária uma equipe
31 em número adequado. Ana Paula acrescentou que na oportunidade da reestruturação
32 também está sendo considerado os salários e, como na próxima reunião será deliberado o
33 Orçamento para o exercício de 2026, sugeriu deliberar apenas sobre a ampliação do
34 número de vagas para Analista Ambiental I, acrescentando mais 03 (três) vagas e mais 01
35 (uma) vaga para Assistente Administrativo conforme necessidade do Consórcio e deixar a
36 reestruturação organizacional para próxima reunião na segunda quinzena de agosto. A
37 aprovação do acréscimo de vagas foi unânime. Será elaborada resolução acrescentando o
38 número de vagas na estrutura organizacional do Consórcio e convocado os aprovados no
39 último Processo Seletivo. O Presidente pediu apoio dos municípios vizinhos a Afonso
40 Cláudio para divulgação dos Processos Seletivos para oportunizar profissionais que
41 estejam mais próximos da Sede do Consórcio. **Item 03 – Apresentação e deliberação da**
42 **proposta de realização de Estudo Ambiental Municipal para embasamento da Lei de**
43 **Área de Preservação Permanente (APP) Urbana dos municípios consorciados:** Ana
44 Paula explicou sobre a solicitação do Prefeito Municipal de Laranja da Terra, da
45 possibilidade do Consórcio realizar o Estudo Ambiental Municipal (EAM) para regulamentar
46 a Área de Preservação Permanente (APP) Urbana por Lei. O Presidente sugeriu que todos
47 os municípios consorciados participem em conjunto, visando buscar apoio financeiro junto
48 ao Governo do Estado. Ana Paula esclareceu que foi realizado um levantamento de dados
49 básicos dos municípios para cotação de preço de empresas que podem realizar os estudos
50 com o apoio técnico do Consórcio. Acrescentou que uma das possibilidades é fazer em
51 parceria com a UFES, porém, que a mesma ainda não encaminhou a proposta. Desta
52 forma, sugeriu encaminhar um ofício aos municípios para formalizar e ratificar a demanda

CNPJ Nº 02.270.946/0001-01

53 e interesse de cada ente consorciado e na próxima reunião colocar em deliberação sobre
54 a condução do processo, estando todos de acordo com a participação do Consórcio no que
55 compete a participação do Estudo e quanto ao encaminhamento. **Item 04 – Deliberação**
56 **para autorização de ausência para estudos de Pós Graduação *Stricto sensu***
57 **Profissional (mestrado e doutorado):** Ana Paula informou que a Empregada Pública
58 Débora Cristina foi aprovada no Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e
59 Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua) da Agência Nacional de Águas (ANA), na
60 Universidade Federal do Estado do Espírito Santo (UFES), e solicitou autorização da
61 Assembleia para ela se ausente no período das aulas, sendo colocada as regras de
62 compensação de horas e a permanência no Consórcio sem que haja pedido de demissão
63 pelo mesmo período que durar os estudos, após os esclarecimentos foi colocada a
64 proposição em votação, sendo aprovada por todos os presentes. Todos ressaltaram a
65 importância da deliberação para apoio e incentivo a profissionalização é bom para o
66 Consórcio e os municípios. **Item 05 – Deliberação para pagamento de gratificação ao**
67 **Agente de Contratação e Equipe de Apoio, Gestor e Fiscal de Contratos, e a**
68 **Procurador Municipal que for designado para emitir parecer sobre processo de**
69 **contratação de Assessoria Jurídica:** Ana Paula explicou que de acordo com a orientação
70 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCCES) durante os Encontros de
71 Formação em Controle (ENFOC) ministrados pela Escola de Contas, é justo remunerar os
72 empregados públicos que assumem a função de Agente de Contratação e Equipe de
73 Apoio, Gestor e Fiscal de Contratos. Ana Paula apresentou os valores propostos sendo de
74 R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para o Agente de Contratação, R\$ 300,00 (trezentos reais)
75 para Equipe de Apoio, R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para o Gestor de Contratos e
76 R\$ 300,00 (trezentos reais) para o Fiscal de Contratos e esclareceu que os mesmos estão
77 dentro do orçamento e não onera os consorciados. Ana Paula acrescentou sobre a
78 necessidade de pagamento também ao Procurador Municipal quando for designado para

CNPJ Nº 02.270.946/0001-01

79 emitir parecer sobre processo em que a Assessoria Jurídica do Consórcio tenha
80 impedimento legal, e sugeriu o valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) por parecer emitido.
81 Após os devidos esclarecimentos a proposta foi aprovada por unanimidade. Será elaborada
82 resolução específica para regulamentação da gratificação. **Item 06 – Outros Assuntos**
83 **pertinentes para o momento:** Ana Paula informou que o Projeto Cultivar já está em
84 execução no município de Baixo Guandu, tendo sido concluído em Conceição do Castelo
85 e Brejetuba, e que, em seguida, será implementado em Itaguaçu e Laranja da Terra. Pediu
86 a representante do Município de Laranja da Terra atenção e celeridade no repasse da
87 contrapartida, pois é o único município que ainda não pagou e é prerrogativa para a
88 execução. A Procuradora Danieli esclareceu que o processo de repasse veio se arrastando
89 desde a gestão anterior e já está em andamento. Ana Paula informou ainda o recebimento
90 da minuta do Acordo de Cooperação com a Secretaria de Gestão e Recursos Humanos
91 (SEGER), para uso do sistema E-docs. A previsão é que, até setembro, o Consórcio passe
92 a operar com o sistema passando por uma transformação digital e reduzindo o uso de
93 papel. Informou ainda que o Consórcio irá disponibilizar uma sala com equipamentos e
94 internet para treinamentos com servidores das Câmaras e as Prefeituras dos municípios
95 consorciados quando aderirem ao sistema. Sugeriu que a próxima reunião, prevista para a
96 segunda quinzena de agosto, seja presencial, com a participação da SEGER. Nada mais
97 havendo a tratar foi encerrada a presente reunião, tendo sido lavrada a presente ata, que
98 após lida e se achada conforme, vai assinada pela Secretária Executiva do CIM GUANDU,
99 Srª Ana Paula Alves Bissoli e pelo Presidente.

100

101 **Lastênio Luiz Cardoso – Presidente:** _____

102 **Ana Paula Alves Bissoli – Secretária Executiva:** _____